



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

PROTOCOLO N° 1337/2017
Data 06/11/2017
Hora 13:32 /Hs
67569
Câmara Municipal

DESPACHO

Aprovado 51 emendas por uma
minuta de na sessão de 02/11/2017

Presidente: _____

1º Secretário: _____

2º Secretário: _____

11 presentes

11 a favor

— contra

Projeto de Lei N° 055 /2017.

De 06 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a revogação na íntegra do artigo 7º e seus incisos e parágrafos, da Lei Municipal N°.667/2004, de 03 de dezembro de 2004.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Lei n°. 1.101/2013, de 05 de novembro de 2013, com orientação do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogado o artigo 7º e seus incisos e parágrafos, da Lei Municipal n°. 667/2004 que "Dispõe sobre a instituição do programa Bolsa Família e dá outras providências".

Art. 2º. As atribuições competentes ao artigo revogado serão de responsabilidade do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, atendendo a Lei n°. 1.101/2013, de 05 de novembro de 2013, com orientação do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 06 de novembro de 2017.


Fábio Marcos Pereira de Faria
Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

Mensagem ao Projeto de Lei n.º _____ 2017

De 06 de novembro de 2017

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Estamos encaminhando para apreciação e votação Projeto de Lei que Dispõe sobre a revogação na íntegra do artigo 7º e seus incisos e parágrafos, da Lei Municipal Nº.667/2004, de 03 de dezembro de 2004.

Este Projeto de Lei pretende atender adequar-se a Lei nº. 1.101/2013, de 05 de novembro de 2013, onde determina que as atribuições competentes ao artigo revogado serão de responsabilidade do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Certos de contarmos com o apoio dos senhores vereadores renovamos protestos de estima consideração.

Atenciosamente,


Fábio Marcos Pereira de Faria
Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

Prefeitura Municipal Canarana/MT
PUBLICADO E AFIXADO NO
LUGAR DE COSTUME

03/12/2004
W. F. Queiroz

LEI MUNICIPAL N.º 667/2004
De 3 de dezembro de 2004

Dispõe sobre a instituição do Programa Bolsa Família e dá outras providências

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004,

Faço Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito deste município o Programa Bolsa Família que tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferências de Renda do Governo Federal, que doravante serão denominados de Programas Remanescentes, quais sejam:

- I – Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”;
- II – Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – “Cartão Alimentação”;
- III – Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde – “Bolsa Alimentação”;
- IV – Programa Auxílio Gás.

Art. 2º - O ingresso das famílias no programa Bolsa Família ocorrerá por meio do Cadastramento Único do Governo Federal, conforme procedimentos definidos em regulamento específico.

§ 1º - As famílias beneficiadas pelos Programas Remanescentes serão incorporadas gradualmente ao Programa Bolsa Família desde que atendam os critérios de elegibilidade do programa Bolsa Família, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º - As famílias beneficiadas pelos Programas Remanescentes enquanto não forem transferidas para o Programa Bolsa Família, permanecerão recebendo os benefícios no valor fixado na legislação daqueles programas, desde que mantenham as condições de elegibilidade que lhes assegurem o direito à percepção do benefício.

Art. 3º - O Programa Bolsa Família atenderá as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 100,00 e R\$ 50,00 respectivamente.

Art. 4º - Constituem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:



I – benefício básico: destinam-se a unidades familiares que se encontram em situação de extrema pobreza;

II – benefício variável: destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição:

- a) gestantes;
- b) nutrízes;
- c) crianças entre 0 e 12 anos; ou
- d) adolescentes até 15 anos; e

III – benefício variável de caráter extraordinário: constitui-se de parcela dos valores dos benefícios das famílias remanescentes dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, que na data de sua incorporação ao Programa Bolsa Família exceda o limite máximo fixado para o Programa Bolsa Família..

Art. 5º - O Programa Bolsa Família tem por objetivo:

I – promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social;

II – combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;

III – estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;

IV – combater a pobreza e

V – promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa Bolsa Família.

§ 1º Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir perante a União as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.

§ 2º Compete à Secretaria de Assistência e Promoção Social desempenhar as funções de responsabilidade do município em decorrência da adesão ao Programa Bolsa Família.

Art. 7º - Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa Bolsa Família com as seguintes competências;

I – acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do programa Bolsa Família no âmbito municipal;

II – acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do programa;



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

III – acompanhar a oferta por parte dos governos municipal dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;

IV – estimular a participação comunitária no controle da execução do Programa Bolsa Família no âmbito municipal;

V – elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno; e

VI – exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 1º - O Conselho instituído nos termos deste artigo terá membros titulares e suplentes nomeados pelo Chefe do Poder Executivo por indicação das seguintes entidades:

I – Representantes do governo, sendo três titulares e três suplentes.

- a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- b) Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social;
- c) Secretaria Municipal de Saúde.

II – Representantes dos Órgãos Não Governamentais, sendo três titulares e três suplentes.

- a) Representantes de Associações;
- b) Representantes de Entidades Religiosas;
- c) Representantes de Conselhos Municipais.

§ 2º - A participação no Conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, ressalvado o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões e em viagens para capacitação.

§ 3º - É assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda documentação necessária ao exercício de suas competências.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor a partir de janeiro de 2005

Art. 9º - Ficam revogadas as Leis nºs 454/2001, de 15 de maio de 2001, 549/2003 de 5 de maio de 2003 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 3 de dezembro de 2004.

Evaldo Osvaldo Diehl
Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de Canarana - MT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PRESIDENTE: Robson Wainer dos Santos Barbosa

RELATOR: Gilmar Miranda de Almeida

MEMBRO: Laudemiro Alves Vieira

PROJETO DE LEI Nº 055/2017

Parecer (com base no Regimento Interno: Arts. 65 e 66).

1. EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA:

Dispõe sobre a revogação na íntegra do Artigo 7º e seus incisos e parágrafos da Lei Municipal nº 667/2004, de 03 de dezembro de 2004.

2. CONCLUSÃO DO RELATOR:

O projeto de Lei está dentro das normas constitucionais. No entanto sou favorável.

3. DECISÃO DA COMISSÃO:

a) Votam pelas conclusões do relator os Vereadores:

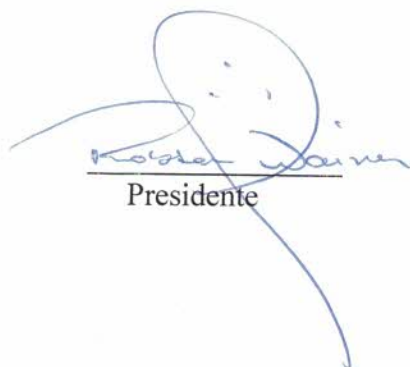
Robson Wainer dos Santos Barbosa e Laudemiro Alves Vieira

b) Votam contra as conclusões do relator os Vereadores:

c) O Parecer da Comissão é: Favorável

(favorável/Contrário)

Sala de Sessões, 14 de novembro de 2017.


Presidente


Relator


Membro



ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de Canarana - MT

COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS.

PRESIDENTE: Gilmar Miranda de Almeida

RELATOR: Rafael Govari

MEMBRO: Claudir Sonemann Feijó

Projeto de Lei nº 055/2017.

Parecer (com base no Regimento Interno: Arts. 65 e 66).

1. EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA:

Dispõe sobre a Revogação na íntegra do Artigo 7º e seus incisos e parágrafos da lei Municipal nº 667/2004, de 03 de dezembro de 2004.

2. CONCLUSÃO DO RELATOR:

O referido projeto está dentro das normas constitucionais, por isso sou favorável

3. DECISÃO DA COMISSÃO:

a) Votam pelas conclusões do relator os Vereadores:

Gilmar Miranda de Almeida, Rafael Govari e Claudir Sonemann Feijó

b) Votam contra as conclusões do relator os Vereadores:

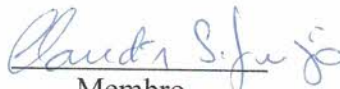
c) O Parecer da Comissão é: Favorável

(Favorável/Contrário)

Sala de Sessões, 14 de novembro de 2017.


Presidente


Relator


Membro